



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2015**

-----Aos trinta dias do mês de outubro de 2015, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelo Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeiro Secretário em exercício, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. Aquisição de combustível rodoviário para frota municipal, incluindo instalação de tanque de combustível, terminais de abastecimento, software de gestão de consumos e fossa de hidrocarboneto a vigorar para triénio 2016, 2017 e 2018 - Abertura de concurso público internacional;** -----

-----**2. Área de Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra - Delimitação – Alteração.**

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Maria José da Cruz Vieira Borges, Abel João Francisco Valadão, Sérgio Fidalgo Carvalho e Francisco Manuel Catarino Vidal; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Manuel Barros Cardoso, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos e Paulo Rodrigo Marquês Ruivo; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva; -

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra;-----

-----Verificou-se ainda a presença do substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Fernando José Mestre Patrício; do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida de Almeida Cruz Narciso. -----

-----Faltou a Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos e a cidadã Ana Isabel Teixeira de Campos, que justificaram as suas ausências.-----

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e duas presenças e duas ausências, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e treze minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento que a Deputada e também 1ª Secretária da Mesa da AMS havia solicitado substituição na presente reunião, por motivos de saúde, sendo substituída pelo Deputado Francisco Manuel Catarino Vidal, o qual, por se tratar da primeira vez que estava presente nesta Assembleia, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleito, tendo a Presidente da Assembleia Municipal declarado investido nas suas funções de Deputado da Assembleia Municipal, desejando felicidades no desempenho do cargo. -----

-----A Deputada Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, do Grupo Municipal da CDU havia solicitado a sua substituição na presente reunião, por motivos de ordem pessoal, sendo substituída pelo Deputado Abel João Francisco Valadão.-----

-----O Deputado Francisco Manuel Soares Cordeiro, do Grupo Municipal da CDU, havia solicitado a sua substituição na presente reunião, por motivos de ordem pessoal, sendo substituído pelo Deputado Sérgio Fidalgo Carvalho, o qual, por se tratar da primeira vez que estava presente nesta Assembleia, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleito, tendo a Presidente da Assembleia Municipal declarado investido nas suas funções de Deputado da Assembleia Municipal, desejando felicidades no desempenho do cargo. -----

-----O Deputado Tiago José dos Santos Silva Aragão, do Grupo Municipal da CDU, havia solicitado a sua substituição na presente reunião, por motivos de ordem profissional, sendo substituído pela cidadã Ana Isabel Teixeira de Campos, que não pudera comparecer, justificando a sua ausência. -----

-----A Deputada Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, do Grupo Municipal do PS, havia solicitado substituição na presente reunião, sendo substituída pelo Deputado Paulo Rodrigo Marquês Ruivo.-- -----

-----Também o Deputado Pedro Miguel dos Santos Mesquita, do Grupo Municipal do PS, havia solicitado substituição na presente reunião, sendo substituído pelo Deputado Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos.-----

-----Estiveram presentes dois munícipes e nenhum órgão da Comunicação Social. -----

-----**A Presidente da AMS** cumprimentou de seguida, em seu nome pessoal e no da Mesa da AMS, todos os presentes.-----

-----Informou que iria colocar à votação duas atas da Assembleia Municipal, nomeadamente de 7 de novembro de 2014 e de 15 de dezembro de 2014, para serem votadas.-----

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Após votação, a ata de 7 de novembro de 2014, foi aprovada por unanimidade.-----

-----Seguiu-se a votação da ata de 15 de dezembro de 2014, que também foi aprovada por unanimidade.-----

-----Antes de prosseguir com os trabalhos, a Presidente realçou que a próxima Sessão da Assembleia Municipal se iria realizar no dia 14 de novembro (sábado), às 15 horas, na Escola Básica nº 3 da Quinta do Conde.-----

-----Disse que a reunião teria como tema “O Estado da Educação no Concelho” e era consequência do trabalho desenvolvido pela Comissão 3, das visitas e auscultações realizadas junto dos Estabelecimentos de Ensino e iria contar com a presença de elementos oriundos dos Estabelecimentos de Ensino e Agentes Educativos, sendo eles os Diretores das Escolas, representantes das Associações de Pais, Associações de Estudantes, elementos representantes das IPSS e Ensino Especial.-----

-----Informou ainda que se realizaria outra reunião no dia 27 de novembro, inicialmente prevista para dia 20, mas que por solicitação do Presidente da Câmara Municipal, fora alterada.-----

-----Disse tratar-se de uma sessão onde seriam apresentados os documentos entretanto já apresentados na CMS sobre o IMI, a Derrama, o IRS e provavelmente outros documentos.-----

-----Disse que seria agendada uma reunião para que esses documentos fossem debatidos antes da Sessão de dia 27 de novembro.-----

-----Informou ainda a realização de outra reunião a nível das Comissões para a primeira quinzena de dezembro, em que seriam presentes as GOP para 2016.-----

-----Relembrou que o debate e votação das Grandes Opções do Plano vinha sendo discutido numa perspectiva de Assembleias Descentralizadas, em que a primeira do mandato se realizara na Liga dos Amigos Alentejanos, na Quinta do Conde, a segunda na Associação Cultural e Desportiva da Cotovia e provavelmente esta ano, iria procurar-se outra alternativa ainda em diálogo com os responsáveis pelas instalações mas afigurava-se, com opinião favorável da Comissão de Líderes, que se pudesse realizar na Lagoa de Albufeira.-----

-----Deu conhecimento que se encontrava na Unidade de Apoio da AM o Relatório da Inspeção Geral de Finanças, nº 2194/2014, Processo nº 2012/182/A3/1264, respeitante ao Controlo do Endividamento Municipal e da Situação Financeira do Município de Sesimbra. Este relatório fora inicialmente dado a conhecer à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e posteriormente, aos restantes Deputados, para que lhes fosse dada a oportunidade de fazerem as consultas dos documentos ao nível dos Serviços na Unidade de Apoio à Assembleia Municipal.-----

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse tratar-se de um Relatório sobre o Controlo do Endividamento Municipal e da situação financeira do Município de Sesimbra, compreendendo o período entre 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2011, existindo no entanto alguns aspectos, como vinha referido na folha de rosto, que tinham uma análise posterior até ao fim do exercício de 2012.-----

-----Terminado o ponto das informações, a Presidente passou ao **"Período Antes da Ordem do Dia - PAOD"** e referiu os oito documentos para votação: -----

-----Voto de Pesar – Sr. João Favinha, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais;--

----- Voto de Pesar – Profª. Eulália Sousa, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais;-----

----- Saudação - 30º Aniversário da criação da Freguesia da Quinta do Conde, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais;-----

-----Saudação - 70 anos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Carta que a instituiu, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais; -----

----- Saudação – Eleições Legislativas 2015, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais;-----

----- MOÇÃO - Solidariedade com Luaty Beirão e com todos os ativistas detidos em junho de 2015, em Angola, sob proposta dos Grupos Municipais do BE, PS, MSU e CDU;-----

----- Moção - Contra a reestruturação do sector das Águas e Saneamento - Contra a Privatização da Água, sob proposta do Grupo Municipal da CDU; -----

----- Saudação – Mais uma vitória da autonomia do Poder Local Democrático, aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Sesimbra.-----

----- Depois da apresentação dos documentos, disse que tinham sido atempadamente discutidos com o contributo dos vários Líderes dos Grupos Municipais, que deram o seu enriquecimento aos documentos para deliberação.-----

-----Disse que a Ordem de Trabalhos continha dois pontos que já tinham sido apreciados com o Vereador José Polido e com as Comissões 2 e 5, e que sendo apenas esses, seria possível fazer-se a leitura de todos os documentos do PAOD.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**, que fez a leitura do Voto de Pesar do Senhor João Favinha.-----

-----*"No dia 5 de outubro de 2015 faleceu o Senhor João José Favinha Doidinho.*-----

-----*Relembramos hoje o homem interessado, participativo, distinguido pela grande entrega e*

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*dedicação às causas públicas.*-----

-----*Recordamos os cargos que desempenhou na Assembleia Municipal de Sesimbra, primeiro enquanto deputado municipal, no mandato de 1983 / 1985, e posteriormente como presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, no mandato de 1994 / 1997.*-----

-----*Desempenhou ainda funções enquanto membro da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, no mandato de 1998 / 2001.*-----

-----*Para além da sua participação na vida autárquica do Concelho, João Favinha foi um cidadão empenhado na vida cívica do Concelho envolvendo-se no movimento associativo sendo sócio fundador do Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2 no ano de 1979.*-----

-----*Durante muitos anos pertenceu aos corpos sociais do Centro Cultural, Social e Recreativo “A Voz do Alentejo na Quinta do Conde”, tendo esta Assembleia Municipal mantido um estreito relacionamento com o Sr. João Favinha, na qualidade de Presidente da Direção, para as várias iniciativas que desenvolveu com a participação do Grupo Coral que o Sr. João Favinha integrava com especial brio entre os seus amigos.*-----

-----*João José Favinha Doidinho com a sua capacidade, dedicação e generosidade integrou corpos sociais de diversas entidades nomeadamente o Centro Comunitário da Quinta do Conde e destacou-se e notabilizou-se pela ampla e cívica participação enquanto presidente da Cercizimbra, exercida durante vinte e sete anos. É nesta Instituição que o seu empenho mais se evidenciou, quer no apoio às respetivas famílias, quer na dinamização de projetos de inovação social, quer ainda na promoção de novas valências de trabalho e de construção de residências com o objetivo de desenvolvimento das competências de autonomia de jovens e adultos com deficiência mental, preparando-os para uma vida independente.*-----

-----*A Assembleia Municipal de Sesimbra, em representação da população do Concelho e convicta de interpretar o seu sentimento generalizado, reunida em 30 de Outubro de 2015, delibera aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João José Favinha Doidinho e guarda um minuto de silêncio em sua memória.*-----

-----*Mais delibera endereçar o presente documento à Família, Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2, Centro Cultural, Social e Recreativo “A Voz do Alentejo na Quinta do Conde”, Centro Comunitário da Quinta do Conde e Cercizimbra, expressando as suas mais sentidas condolências.”*-----

-----**Submetido à votação, sob proposta da Comissão de Líderes, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.**-----

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A **Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra**, fez a leitura do Voto de Pesar da Senhora Professora Eulália Barros de Sousa: -----

-----“ *Faleceu no passado dia 21 de outubro, com cerca de 96 anos de idade, Eulália Barros de Sousa, professora do então Ensino Primário, cuja história de vida se confunde com a do seu marido, Amável Barros de Sousa, também ele professor do mesmo Ciclo Escolar.*-----

-----A Professora Eulália, como vulgarmente era tratada, marcou indiscutivelmente muitas crianças e jovens do nosso Concelho, nomeadamente nas escolas do Ensino Primário de Alfarim, Santana e Corredoura no período compreendido entre 1946 e 1976. -----

-----Nesta data assume a responsabilidade de Delegada Escolar até 1989, cargo que desempenhou de forma competente, corajosa e persistente na defesa das melhores condições pedagógicas e educativas para os seus “escolas, professores e alunos”. -----

-----A sua determinação enquanto professora e delegada escolar, é um símbolo de vida e reconhecimento público, a qual foi merecedora da atribuição da Medalha de Mérito da Vila de Sesimbra em 1993 e mais tarde foi atribuído o seu nome a uma artéria em Santana, muito próximo da sua residência.-----

-----Em nome da Assembleia Municipal, reconhecemos na mulher- professora o espírito de verdadeira dedicação à causa, não só do saber ler, escrever e contar, mas sobretudo pela educação e formação de muitas crianças que hoje homens e mulheres lhe dedicam uma eterna admiração.-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 30 de outubro de 2015, delibera aprovar um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Professora Eulália Barros de Sousa e guarda um minuto de silêncio em sua memória. -----

-----Delibera ainda endereçar o presente documento à Família, expressando as suas sentidas condolências.”-----

-----**Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade o Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Professora Eulália Barros de Sousa.** -----

-----**Foi ainda guardado um minuto de silêncio em memória dos referenciados anteriormente.**

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva**, que fez a leitura da Saudação pelo 30º Aniversário da criação da Freguesia da Quinta do Conde:-----

-----“*A Quinta do Conde é uma freguesia do concelho de Sesimbra, com 14,22 km<sup>2</sup> que em 9 de Outubro de 1985 foi elevada a freguesia e dez anos depois passou a vila.*-----

-----*Além da sua sede, comporta os núcleos urbanos de Casal do Sapo, Fontainhas e Courelas da*

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Brava. -----*

*-----A freguesia surgiu no início da década de setenta, a partir do parcelamento de uma propriedade rústica e conseqüente a venda de lotes onde os novos proprietários foram construindo moradias. -----*

*----- No passado dia 9 de Outubro a mais jovem e populosa freguesia do Concelho de Sesimbra assinalou a passagem do 30º aniversário da sua criação, com a realização de uma cerimónia evocativa, caracterizada por uma adesão que extravasou as instalações do edifício da Junta, obrigando a assistência a permanecer no exterior do edifício. -----*

*-----Dos tempos em que era considerada como uma localidade de “clandestino”, hoje vê-se reconhecida por aquilo que representa no Concelho, no Distrito e no País. -----*

*-----Esta evolução que se efetuou ao longo das três décadas de existência é resultado de diversas posições que a população travou, tendo sendo sempre como única a obtenção de estruturas e serviços que respondessem às necessidades dos Quinta Condenses, ou seja ao seu progresso. -----*

*-----Se hoje usufruímos de um vasto movimento associativo, de comércio, de escolas, de IPPS, entre outras infraestruturas, também não é menos verdade que ao fim destes 30 anos ainda nos deparamos com a ausência de alguns equipamentos como por exemplo uma biblioteca, auditório, cinema, espaço para idosos e porque não mencionarmos uma escola secundária. -----*

*-----Reconhece-se que algo tem sido efectuado ao longo dos anos na Freguesia da Quinta do Conde mas também se identificam algumas necessidades / pretensões dos Quinta Condenses que ainda não foram contempladas. -----*

*-----Assim, vem a Assembleia Municipal de Sesimbra saudar o 30º Aniversário da criação da Freguesia da Quinta do Conde.” -----*

*-----A **Presidente da AMS** salientou que esta Saudação foi assumida por todos os Grupos Políticos da Assembleia, mas tivera origem no Grupo Municipal do PSD/CDS-PP. -----*

*-----**Submetida a votação, a Saudação foi aprovada por unanimidade.** -----*

*-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro**, para fazer a leitura da Saudação aos 70 anos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Carta que a instituiu:-----*

*-----“No passado dia 24 de Outubro de 2015, comemorou-se o 70º aniversário da entrada em vigor, em 1945, da Carta das Nações Unidas, documento que está na origem da ONU. -----*

*-----A ONU foi forjada entre os despojos da 2ª Guerra Mundial e concebida para trabalhar em prol dos mais elevados ideais e valores da comunidade internacional: a paz, o respeito pelos direitos humanos, o progresso e o bem-estar da humanidade. -----*

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----70 anos volvidos, alguns dos principais problemas que ameaçam a paz e a segurança mundial continuam sem solução, e o surgimento de novos conflitos armados no interior de Estados ou entre Estados cujas diferenças estavam contidas pela lógica da guerra fria, vêm revelar uma menor eficácia dos mecanismos diplomáticos.-----

-----Uma das consequências mais gravosas da guerra é o aumento dos movimentos migratórios de Refugiados, sendo de salientar e de louvar o trabalho que a ONU, em estreita colaboração com os Estados e demais instituições internacionais, tem desenvolvido nesta matéria, em especial, o seu Alto Comissariado para os Refugiados, tão bem comandado pelo português António Guterres.-----

-----O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon veio, na cerimónia comemorativa dos 70 anos de vida da Organização, apelar á necessidade de "criar um mundo mais inclusivo", em que se partilhem valores e responsabilidades.-----

-----Mantendo a ONU o estatuto de defensor da paz e de equilíbrio entre os povos de todo o mundo, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 30 de Outubro de 2015, não pode deixar de associar-se a esta efeméride, e de assinalar e saudar os 70 anos da criação da ONU."-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**, para sublinhar uma questão que tinha acontecido há cerca de 24 horas, que tinha a ver com os Refugiados e que a própria Assembleia Municipal já tinha aprovado um documento, e alertou para que a Assembleia pudesse desenvolver a temática a que se começou a dedicar, porque o falecimento de 17 crianças, num total de 22, numa ilha grega, demonstra que ninguém poderia ficar indiferente a esse flagelo que se estava a avolumar ainda mais e que a Assembleia Municipal seria o Órgão certo para alertar e fazer algo para que essa situação pudesse ser minimizada.-----

-----**Submetida a votação, a Saudação, sob proposta da Comissão de Líderes, foi aprovada por unanimidade.**-----

-----Teve o uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** para fazer a leitura da Saudação às Eleições Legislativas 2015.-----

-----“Num mandato em que a Assembleia Municipal de Sesimbra tem demonstrado especial preocupação com as questões da cidadania e da participação cívica e política das pessoas na vida do seu município e do país, importa sublinhar a importância de todos os processos eleitorais na nossa vida democrática.-----

-----Nas eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015, embora a abstenção se tenha reduzido em cerca de 20% em relação às últimas eleições para o Parlamento Europeu em 2014, certo é que a

Ata nº24 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*participação eleitoral apenas constitui motivação para pouco mais de metade dos eleitores, circunstância que nos lembra que há ainda um longo caminho a percorrer. -----*

*-----Compete à Assembleia Municipal de Sesimbra, em nome da valorização da democracia e de uma maior e melhor cidadania, continuar a desenvolver projetos e iniciativas que sensibilizem os cidadãos para a participação cívica, procurando dessa forma contribuir para a credibilização e recuperação da confiança das pessoas nas instituições e nos poderes políticos. -----*

*-----Devemos ainda concluir que alguma razão assistirá a quem não vota... Porque assim ficamos também obrigados a reanalisar o que está mal no atual modelo de funcionamento e a propor as devidas correções. -----*

*-----Por tudo o que ficou dito cumpre-nos, como eleitos locais na assembleia municipal, reconhecer todo o esforço desenvolvido, quer pelos funcionários da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, quer pelos membros das Mesas de Voto e respetivos delegados, bem como saudar toda a população do concelho pelo seu comportamento neste ato cívico da maior importância para o nosso país, e pela sua contribuição para a legitimação da democracia participativa, a qual encontra a sua expressão maior precisamente no exercício do direito de voto. -----*

*-----**Submetida a votação, sob proposta da Comissão de Líderes, a Saudação foi aprovada por unanimidade.** -----*

*-----Cedida a palavra ao **Deputado José Guerra**, foi feita a leitura da Moção de Solidariedade com Luaty Beirão e com todos os outros activistas detidos em junho de 2015, em Angola: -----*

*-----“Henrique Luaty Beirão (conhecido como “Ikonoklasta”), Manuel Nito Alves, Afonso Matias “Mbanza-Hamza”, José Gomes Hata, Hitler Jessy Chivonde, Inocêncio António de Brito, Sedrick Domingos de Carvalho, Albano Evaristo Bingocabingo, Fernando António Tomás “Nicola”, Nélon Dibango Mendes dos Santos, Arante Kivuvu Lopes, Nuno Álvaro Dala, Benedito Jeremias, Domingos José da Cruz e Osvaldo Caholo. -----*

*-----No dia 20 de junho de 2015, estes ativistas estavam na sala de uma casa privada em Luanda, fazendo a leitura de um capítulo do livro “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura – Filosofia política da libertação para Angola”, da autoria do jornalista Domingos da Cruz (também detido). Este livro, adaptado da obra “From Dictatorship to Democracy” de Gene Sharp, não é autorizado em Angola, à semelhança do que acontece, por exemplo com Diamantes de Sangue, de Rafael Marques. ----*

*-----Estas pessoas foram detidas e desde o primeiro momento enfrentaram dificuldades, inclusivamente no acesso ao direito de defesa. O tempo passou e nenhuma acusação formal para a sua*

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*detenção foi apresentada. Três meses depois, chegou a acusação:-----  
-----“Os arguidos planeavam, após a destituição dos órgãos de soberania legitimamente instituídos, formar o que denominaram ‘Governo de Salvação Nacional’ e elaborar uma ‘nova Constituição’. As pessoas detidas estavam a ler um livro.”-----*

*-----Entretanto oito detidos iniciaram uma greve de fome; Luaty Beirão, esteve em greve de fome durante 36 dias, tendo posto fim à mesma no dia 26 de outubro, por considerar cumpridos os seus objetivos; o seu estado de saúde encontra-se muito debilitado e a sua vida continua em perigo. Nascido em 1981, em Luanda, Luaty Beirão tem também nacionalidade portuguesa. Filho de João Beirão, fundador da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), Luaty Beirão estudou Engenharia Eletrotécnica em Plymouth, Inglaterra e Economia e Gestão em Montpellier, França. É um conhecido músico não só em Angola como no estrangeiro, colaborando com diversos projetos entre os quais os Batida. -----*

*-----Apela-se a que o Governo português tome uma posição de firmeza quanto à imediata libertação e condene a detenção de Henrique Luaty Beirão e dos outros 14 ativistas cívicos e pacíficos, repudiando o esmagamento dos seus direitos. -----*

*-----Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em 30 de Outubro de 2015, delibera:-*

- 1. Expressir solidariedade a Luaty Beirão, sua família e amigos;-----*
- 2. Expressir solidariedade para com todos os ativistas detidas no dia 20 de Junho;-----*
- 3. Que seja ponderada a imediata libertação das pessoas detidas no dia 20 de Junho.”-----*

*-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Mendes Dias**, que disse que os considerantes que a Moção apresentava, não eram os mais adequados para que tivesse a concordância e o apoio do Grupo Municipal do PSD. Salientou a tentativa de fazer algumas alterações no 3º parágrafo, o que não fora acolhido pelos restantes Grupos Municipais, nomeadamente respeitante à biografia de Luaty Beirão “sendo filho do sistema angolano, um elemento que nasceu, viveu, cresceu e se formou com o sistema do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e que agora se via confrontado com uma questão de opção ideológica tomada pelo mesmo”. -----*

*-----O Deputado disse que os considerantes não pareceram os mais adequados para alcançar os objectivos pretendidos, o que fizera com que não tivesse tido o apoio do grupo Municipal do PSD à Moção apresentada, referindo que faria chegar uma Declaração de Voto do Grupo Municipal do PSD. ---*

*-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**, que reafirmou o que tinha dito na véspera, ou seja, o Grupo Municipal do Partido Socialista considerava bastante importante que a Assembleia Municipal aprovasse a Moção por unanimidade. -----*

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que esse esforço resultara em parte, ficando praticamente garantida a aprovação da presente Moção, lamentando que do seu ponto de vista, os Deputados do Grupo Municipal do PSD não aceitassem a Moção, pois não existia nenhuma exigência nem posição de força, havendo apenas o reconhecimento de que se tratava de uma situação de direitos humanos, sem razão de ser e que seguramente a curto prazo, a maior parte das situações deste tipo pelo mundo inteiro, tenderiam a ser menores. -----

-----Associou ainda a decisão do Parlamento Europeu à entrega do Prémio Sakharov ao Saudita Raif Badawi, por ter sido sujeito a uma pena judicial na Arábia Saudita de ser flagelado e receber chibatadas, sendo merecedor desse Prémio, o que significou que o mundo estava bastante recetivo a todos estes problemas que deveriam desaparecer.-----

-----O Deputado apelou aos Deputados do Grupo Municipal do PSD que reconsiderassem a decisão tomada.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro**, que disse que a Moção tinha sido inicialmente apresentada pelo BE juntamente com os Grupos Municipais do PS e MSU, entendendo que não existiriam razões objectivas para que a mesma não fosse aprovada por unanimidade. -----

-----Disse ter sido constatado que as expectativas tinham sido de alguma forma goradas e que após ter ouvido atentamente a declaração do Deputado Mendes Dias, não percebeu a que considerantes se referia o Deputado, tendo apenas entendido que estariam contra a nota biográfica feita sobre Luaty Beirão, que o deputado Miguel Ribeiro considerou ter uma vertente histórica e de enquadramento da própria Moção, para melhor entendimento.-----

-----Salientou que não iria apelar ao Grupo Municipal do PSD para mudar o seu sentido de voto, considerando uma questão de consciência e que todos, enquanto democratas defendiam a liberdade de expressão, uma questão que a nível internacional tinha cada vez mais importância.-----

-----O Deputado reafirmou que era importante a Moção ser aprovada por unanimidade porque era um direito básico de todos ter o direito à liberdade de expressão.-----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra** interveio e disse que deixava a hipótese de, se assim fosse o entendimento da Bancada do PSD, de se fazer uma interrupção dos trabalhos para poder ser feito um acerto do parágrafo em causa e atingir-se o objectivo da aprovação por unanimidade. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse que a questão dos direitos humanos, da solidariedade com os combatentes, liberdade de expressão e a organização e de se reunirem, lembrava a forma como a Europa se mobilizara antes do 25 de abril em solidariedade com os presos anti-fascistas,

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

com os dirigentes dos movimentos da libertação que foram perseguidos e a exigência por parte da Europa e um pouco por todo o Mundo da libertação de todos os presos políticos do salazarismo.-----

-----Referiu a solidariedade para com os perseguidos com a Ditadura de Pinochet, com a Ditadura da Argentina, com o movimento de boicote ao Campeonato do Mundo de Futebol e a solidariedade com as Mães de maio, a Ditadura no Brasil e na Grécia.-----

-----Disse que hoje em dia, ainda se mantinham determinados extremismos ideológicos e religiosos como sucedera ao “blogger” da Arábia Saudita, vencedor do Prémio Sakharov, por ter escrito que queria a separação de poderes entre a Igreja e o Estado, condenado a 1000 chibatadas, 50 por semana.-----

-----Referiu ser importante haver solidariedade com todos aqueles que lutavam pelo direito de Expressão e de se organizarem para defenderem as suas ideias e propostas.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro**, que cumprimentou todos os presentes e disse que o documento apresentado retratava alguns valores verdadeiramente fundamentais como a Liberdade de Expressão, sendo a história do PCP, feita com muita luta, em que durante 50 anos, vivera em clandestinidade, lutando sempre pela Democracia e pelo Direito à Liberdade de Expressão.-----

-----Considerou que em nenhuma parte do Mundo, alguém devia ser preso por ter um pensamento diferente do poder político ou de outra situação idêntica.-----

-----Disse que no dia anterior, na reunião realizada pela Comissão de Líderes, tinha-se chegado a um entendimento com a alteração de algumas situações.O Deputado lamentou que o Grupo Municipal do PSD não tivesse conseguido atingir esses objectivos, mas julgava que fosse possível ainda chegar-se a um entendimento, pois seria de grande importância a aprovação por parte de todos os Grupos Municipais. -

----- A Presidente da AMS deu a palavra ao **Deputado Mendes Dias**, que disse que tal como a Presidente tinha dito, e muito bem, aquilo que os separava era tão pouco, referiu que não concordava com a inclusão na Moção do 3º parágrafo, onde se lia:-----

-----“Nascido em 1981, em Luanda, Luaty Beirão tem também nacionalidade portuguesa. Filho de João Beirão, fundador da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), Luaty Beirão estudou Engenharia Eletrotécnica em Plymouth, Inglaterra e Economia e Gestão em Montpellier, França. É um conhecido músico não só em Angola como no estrangeiro, colaborando com diversos projetos entre os quais os Batida.”-----

-----Em seguida, perguntou aos restantes Deputados o que é que essa frase acrescentava para a defesa dos direitos humanos de Luaty Beirão.-----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou aos proponentes iniciais, os Deputados Miguel

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Ribeiro, José Guerra e Manuel José Pereira, se com a predisposição por parte do Grupo Municipal do PSD, seria possível retirar o parágrafo referido pelo Deputado Mendes Dias. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro**, que disse que por parte do Grupo Municipal do MSU, não havia algum inconveniente em retirar a nota biográfica, pois era apenas uma questão de enquadramento que não acrescentava nem retirava nada ao espírito que a Moção tinha. -----

-----O **Deputado José Guerra** não se opôs à alteração referida pelo Deputado Mendes Dias. -----

-----Interveio o **Deputado Manuel José Pereira**, que disse não haver objecção nenhuma, se bem que não visse razão para tal acontecer mas que o parágrafo podia ser retirado. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Alain Monteiro**, que não teve qualquer oposição à alteração. ---

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** realçou que a Moção era um ganho da Assembleia Municipal por se ter conseguido encontrar uma linguagem adequada e ir ao encontro dos objetivos expressos pelos diversos Grupos Municipais. -----

-----A Moção de Solidariedade com Luaty Beirão e com todos os activistas detidos em junho de 2015, em Angola, ficou com a seguinte redacção final: -----

-----“ Henrique Luaty Beirão (conhecido como “Ikonoklasta”), Manuel Nito Alves, Afonso Matias “Mbanza-Hamza”, José Gomes Hata, Hitler Jessy Chivonde, Inocêncio António de Brito, Sedrick Domingos de Carvalho, Albano Evaristo Bingocabingo, Fernando António Tomás “Nicola”, Nélon Dibango Mendes dos Santos, Arante Kivuvu Lopes, Nuno Álvaro Dala, Benedito Jeremias, Domingos José da Cruz e Osvaldo Caholo. -----

-----No dia 20 de junho de 2015, estes ativistas estavam na sala de uma casa privada em Luanda, fazendo a leitura de um capítulo do livro “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura – Filosofia política da libertação para Angola”, da autoria do jornalista Domingos da Cruz (também detido). Este livro, adaptado da obra “From Dictatorship to Democracy” de Gene Sharp, não é autorizado em Angola, à semelhança do que acontece, por exemplo com Diamantes de Sangue, de Rafael Marques. -----

-----Estas pessoas foram detidas e desde o primeiro momento enfrentaram dificuldades, inclusivamente no acesso ao direito de defesa. O tempo passou e nenhuma acusação formal para a sua detenção foi apresentada. Três meses depois, chegou a acusação: -----

-----“Os arguidos planeavam, após a destituição dos órgãos de soberania legitimamente instituídos, formar o que denominaram ‘Governo de Salvação Nacional’ e elaborar uma ‘nova Constituição’. As pessoas detidas estavam a ler um livro.” -----

-----Entretanto oito detidos iniciaram uma greve de fome; Luaty Beirão, esteve em greve de fome

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*durante 36 dias, tendo posto fim à mesma no dia 26 de outubro, por considerar cumpridos os seus objetivos; o seu estado de saúde encontra-se muito debilitado e a sua vida continua em perigo. Nascido em 1981, em Luanda, Luaty Beirão tem também nacionalidade portuguesa.*-----

*----- Apela-se a que o Governo português tome uma posição de firmeza quanto à imediata libertação e condene a detenção de Henrique Luaty Beirão e dos outros 14 ativistas cívicos e pacíficos, repudiando o esmagamento dos seus direitos.*-----

*-----Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em 30 de Outubro de 2015, delibera:-----*

*-----1. Exprimir solidariedade a Luaty Beirão, sua família e amigos;-----*

*-----2. Exprimir solidariedade para com todos os ativistas detidas no dia 20 de Junho;-----*

*-----3. Que seja ponderada a imediata libertação das pessoas detidas no dia 20 de Junho;”-----*

*-----**Após votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.**-----*

*-----O Deputado José Guerra apresentou a seguinte Declaração de Voto, em nome do Grupo Municipal do BE:-----*

*-----“A defesa dos direitos dos presos políticos angolanos nasce de um dever de consciência. Não se pode aceitar a prisão por delito de opinião seja onde for. -----*

*-----Por isso, não tem cabimento a retórica que insiste que esta tomada de posição seja sinal de um neocolonialismo mal disfarçado ou que seja uma ingerência abusiva nos assuntos de um Estado soberano. Pelo contrário, a solidariedade internacionalista que assim praticamos não pensa que os direitos humanos acabem nas nossas fronteiras ou que os interesses políticos ou de negócios se sobreponham à dignidade.*

*-----E este nosso governo tem sobreposto os interesses políticos e económicos à dignidade de quem luta pela dignidade.-----*

*-----Foi esse mesmo princípio de solidariedade que praticaram aqueles e aquelas que denunciaram o colonialismo e fascismo do governo português antes do 25 de Abril de 1974. E fizeram-nos bem. -----*

*-----Foi esse mesmo princípio de solidariedade que praticámos nós em tantos casos da denúncia da ditadura de Pinochet à defesa dos direitos humanos contra os abusos do extremismo religioso. E fizemos bem. É preciso continuar esta prática.”-----*

*-----O Deputado Mendes Dias tomou a palavra e disse que mais tarde, entregaria a Declaração de Voto do Grupo Político do PSD (apesar da insistência junto do Deputado, não foi recepcionada qualquer Declaração de Voto).-----*

*-----Foi cedida a palavra ao Deputado Rui João Rodrigues, que cumprimentou todos os presentes e fez a leitura da Moção contra a reestruturação do sector das Águas e Saneamento contra a Privatização*

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

da Água: -----

-----“Em 1977, a ONU reconheceu a Água como um direito, ao declarar que “Todos os povos, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento e as suas condições sociais e económicas, têm direito a ter acesso a Água potável em quantidade e qualidade igual às suas necessidades básicas”. Em 2010, através de uma resolução das Nações Unidas, é reconhecido formalmente, pela primeira vez, o direito à Água e ao Saneamento, e que a Água potável limpa e o saneamento são essenciais para a concretização de todos os direitos humanos. -----

-----As políticas seguidas nos últimos anos, em particular pelo anterior Governo, têm materializado a opção pela Água como uma mercadoria e não como um Direito Humano Fundamental, criando o “mercado da Água” com a privatização desta em várias frentes, desde barragens – através do Plano Nacional de Barragens – e a exploração de centrais hidroeléctricas, portos, infra-estruturas de abastecimento de água, de águas residuais e estações de tratamento, visando sempre a alienação completa dos serviços públicos de água e saneamento. -----

-----Recentemente, dando corpo a uma “sede privatizadora”, apregoando a necessidade da sustentabilidade económico-financeira do sector, e à revelia completa dos municípios, o Governo aprova uma reestruturação do sector da Água que funde 19 sistemas, criando 5 mega-sistemas, e aumenta o preço da Água para a generalidade dos consumidores, retirando dimensão interventiva às autarquias. ---

-----Uma reestruturação que vem representar todo um processo, eixo de um caminho há muito idealizado, que não serve as populações e muito menos o país (quer seja ao nível social, económico, ou financeiro), sendo que o sector da Água (abastecimento e saneamento), dada a sua vital importância para as populações e para o país, deveria receber do Estado um apoio no investimento e no sentido de garantir o igual acesso de todos a estes serviços, representando por isso um sector que não poderá, nunca, ser elitizado ou objecto de concessões ou privatizações que criariam ainda mais agravadas desigualdades sociais, hoje já existentes fruto da actual situação que o país atravessa.-----

-----O anterior Governo delega assim a gestão do sistema em entidades completamente alheias aos municípios e cria um suposto “conselho consultivo” que, diluindo o papel de cada município e desvalorizando-o, não terá qualquer intervenção na gestão do sistema dada a sua natureza de carácter não vinculativo. O modelo preconizado afasta-se por completo do que os municípios entendem dever ser adoptados nesta área, no sentido de uma participação determinante e mais directa dos municípios na gestão do sistema, com medidas para os quais os municípios estão dispostos a contribuir. -----

-----É também um modelo de governação dos serviços que deixa antever ameaças à natureza e à

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*prestação de um serviço público ao serviço das populações, do desenvolvimento dos concelhos, das regiões e do País, aliado ainda a um acentuado e injusto aumento de tarifas, e pior, a uma futura privatização da Água. -----*

*-----Tendo em conta que ao longo dos anos os municípios desempenharam um papel determinante no processo de infraestruturização do país nos domínios das águas e saneamento, contribuindo de forma notória para o desenvolvimento territorial e socioeconómico através da melhoria contínua dos sistemas e da gestão e conservação das redes, a presente estratégia traduz-se ainda numa clara e inaceitável expropriação aos municípios, de ataque ao Poder Local Democrático, e que se irá revelar profundamente lesiva para as populações. -----*

*-----A vontade de apropriação do recurso natural Água, por parte dos privados, é uma realidade, desde logo porque deter a gestão deste recurso, essencial à vida é negócio garantido. Por outro lado, deter a gestão deste recurso é ganhar poderes soberanos e de controlo sobre um país, porque é ter instrumentos de decisão sobre o seu acesso e distribuição, com graves implicações, designadamente de ordem ambiental, social, económica e de gestão territorial. -----*

*-----Salientamos que a atual reestruturação vem escancarar ainda mais as portas e janelas ao sector privado. -----*

*-----A CDU sempre defendeu que garantir o direito à Água significa claramente a recusa de entender a Água como uma mercadoria, e ainda que a Água é um recurso natural, escasso, essencial à vida, imprescindível, e portanto, nunca poderá ser recusado a ninguém. Afirmamos que a Água é um direito, e que deve, por isso, ser gerida para garantir a sua preservação, acesso, e eficácia da sua distribuição. ----*

*-----**Assim A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em 30 de Outubro de 2015 delibera:** -----*

*-----1 - Reiterar que a Água é um bem essencial à vida e um direito humano fundamental e que, como tal, não pode nem deve ser tratada como uma mercadoria ou um qualquer produto transacionável, sujeito às regras de mercado, nem sempre claras e apenas com o objectivo do lucro;-----*

*-----2 – Defender a gestão pública da Água, e que os sistemas associados ao abastecimento e saneamento se mantenham na esfera pública;-----*

*-----3 – Manifestar a sua total oposição ao processo de reestruturação do sector das águas e saneamento que desde o início foi feito em profundo desrespeito pelos municípios e à revelia das atribuições do Poder Local, expressando a sua veemente defesa dos serviços públicos de água e saneamento.”-----*

*-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro**, que disse que o Governo tomara posse um*

Ata nº24 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

Governo com “cheirinho a funeral” mas fazia votos para que a partir do próximo dia 10 de novembro pudesse nascer um Governo que tivesse uma postura completamente diferente perante esta matéria. --

-----Tomou uso da palavra o **Deputado Mendes Dias**, que disse ter pedido a palavra devido à intervenção do Deputado Alain Monteiro, que considerou uma falta de respeito por um Governo legítimo que tinha tomado posse, pela vontade do povo que o elegera e dera a maioria dos votos.-----

-----Acrescentou que o facto do Deputado Alain Monteiro anunciar o funeral o Governo, era um desrespeito para com aqueles que haviam votado na “Coligação Portugal à Frente”.-----

-----Disse que com certeza seria um Governo que iria prosseguir as reformas e o caminho que o anterior Governo fizera na recuperação do País. Depois de quatro anos de sacrifícios do povo com resultados que todas as instituições internacionais reconheciam.-----

-----Disse que quando se referia a instituições internacionais como a ONU, ou qualquer outra que tivesse a ver com Direitos Humanos, Economia e panorama internacional, era sempre desvalorizado o que Portugal conseguira nos últimos anos com uma recuperação fantástica da Economia e do País face aquilo que o Governo anterior recebera dos Governos do Engenheiro José Sócrates.-----

-----Disse ainda, que talvez dali por algum tempo, e se calhar não muito, o Deputado Alain Monteiro fosse o primeiro a pedir a destituição de qualquer outro Governo porque o Grupo Político a que pertencia, tinha sempre uma postura do “bota-abaixo”, e que se até ao momento andavam em negociações para a constituição de um “Governo-sombra” que não fora eleito pelo povo e que o próprio povo não dera oportunidade de governar, se porventura o viesse a ser por mero acaso de matematicamente terem mais votos na Assembleia da República do que aquilo que o povo dera, o Deputado Mendes Dias disse não ter dúvidas que em alguns meses o Deputado Alain Monteiro, estivesse na frente de batalha, na rua ou na Assembleia Municipal a pedir a destituição de qualquer tipo de Governo que viesse a ser empossado.-----

-----Disse ainda que “*a casamentos e funerais, só vai quem é convidado*” e que o próprio tinha sido convidado para o Governo atual ser a continuidade da recuperação de um País que estava realmente de rastos e na bancarrota.-----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que independentemente das questões colocadas pelo Deputado Alain Monteiro e que haviam sido enquadradas pelo Deputado Mendes Dias, solicitava que as intervenções se concentrassem no teor da Moção, uma vez que se tratava de um documento que tinha sido lido e que reflectia uma preocupação importante tal como tinha sido explícita na mesma Moção.-----

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva**, que disse não estar à espera numa Moção referente à água, que o Deputado Alain Monteiro surgisse com aquele tipo de conversa.-----

-----Questionou o Deputado Alain Monteiro se tinha conhecimento do que se dizia numa localidade bem conhecida dos portugueses e passou a citar:-----

-----“*Todo o peru tem o seu Natal.*”-----

-----Aconselhou ainda o Deputado a não deitar foguetes antes da festa.-----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a apelar que fossem feitas intervenções sobre a matéria relacionada com a Moção da Água.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira**, que se dirigiu ao Deputado Alain Monteiro dizendo que não havia necessidade da sua intervenção.-----

-----Em seguida, perguntou ao Deputado Mendes Dias onde é que estava a recuperação fantástica do Governo e acrescentou que não era o povo que elegia o Governo, mas que este era eleito na Assembleia da República, de acordo com um programa que haveria de apresentar.-----

-----Interveio o **Deputado Alain Monteiro**, que disse não compreender onde estava a sua intervenção desrespeitosa, tendo nem conta todas as movimentações a que se tinha vindo a assistir desde o dia seguinte ao dia das Eleições, e considerou que o que tinha vindo a acontecer era a democracia a funcionar, causando uma certa “comichão” a determinadas forças políticas que não sabiam aceitar os factos.-----

-----Disse que quando o Deputado Mendes Dias referiu que na massa do sangue do Deputado Alain se encontrava o “bota-abaixo”, encontrava-se essencialmente a luta contra as injustiças sociais e a luta a favor de um País melhor, que tinha sido o contrário do que o actual Governo tinha feito nos últimos 4 anos.-----

-----Referiu os mais de 100.000 portugueses que tinham emigrado no ano de 2014, sendo uma média nos últimos 4 anos, de 100.000 emigrantes por ano.-----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu o Deputado Alain Monteiro e apelou a que os Deputados se concentrassem no teor da Moção em causa e que devia ser essa a razão pela qual se deveriam debruçar.-----

-----O **Deputado Alain Monteiro** deu por terminada a sua intervenção.-----

-----Por motivos técnicos, a intervenção do **Deputado Francisco Jesus** não foi gravada.-----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse ter em consideração o facto de a Presidente já ter alertado os Deputados da sua Bancada para se debruçarem sobre a Moção apresentada

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

e não se referirem a situações relacionadas com o Governo, e guardou a sua intervenção para mais tarde.

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** disse não ser Presidente de nenhuma Bancada mas que tinha sido eleita pela Assembleia para ser Presidente de todos os Grupos Municipais. -----

-----Teve o uso da palavra o **Deputado Miguel Bastos**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a questão em discussão era clara como a água e que a questão fundamental era que só não existia unanimidade quando se juntava à questão da água interesse de poderes. -----

-----Disse que a privatização de um bem como a água, era inegavelmente um tipo de política e de ação que visava a gestão de bens essenciais pelos privados com a intenção do lucro, sendo essa a questão fundamental. -----

-----Salientou que quem apoiava este tipo de atitude, votaria contra a Moção e quem apoiava a defesa dos interesses da população, votaria a favor. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado José Guerra**, que referiu a água como um bem universal inegável. -----

-----Disse que o Bloco de Esquerda defendia que a água deveria estar nas mãos públicas, que foram contra a criação de empresas municipais de água porque consideravam que deviam ser os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de cada Concelho a gerir da melhor forma em coordenação com outros Concelhos, sendo a água um bem essencial que não deveria perder-se de forma alguma, estando nas mãos de todos os que se interessavam e defendiam a existência de bens alienáveis que jamais deviam ser perdidos. -----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva**, que disse que o Grupo Político do PSD defendia uma questão profissional. -----

-----**Submetida a votação, a Moção foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (12 CDU + 5 PS + 1 BE) e 4 abstenções (2 PSD + 2 MSU).** -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** apresentou a seguinte Declaração de Voto, em nome do Grupo Municipal da MSU: -----

-----*“Em coerência com posições anteriormente assumidas pelo Grupo Municipal do MSU nesta matéria, o nosso voto de abstenção prende-se com o facto de entendermos que a reestruturação do Setor da Água e do Saneamento, mesmo uma ótica de possível privatização, não é condição sine qua non de perda de qualidade nos serviços prestados aos cidadãos, cabendo ao Estado nesta hipótese, assegurar uma adequada regulação do sector de forma a que os cidadãos mantenham os mesmos níveis de qualidade no acesso a este bem fundamental que é a água.* -----

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Não estamos contra esta Moção mas não nos revemos no seu teor.*-----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura da Saudação a mais uma vitória da autonomia do Poder Local Democrático, aprovada por unanimidade em reunião de Câmara:**-----

-----*“ No passado dia 7 de outubro, o Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais as “normas que conferem aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública legitimidade para celebrar e assinar acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica (...) por violação do princípio da autonomia local, consagrado no artigo 6.º, n.º 1, da Constituição”.*-----

-----*Esta decisão, que se soma a outras dos Tribunais Administrativos de Beja, Évora e Lisboa, vem, definitivamente, dar razão à luta que as autarquias, os seus trabalhadores e respetivas associações sindicais vêm travando há dois anos contra a ingerência do Governo na autonomia das autarquias locais e em defesa de um horário de trabalho de 35 horas semanais.*-----

-----*Ao longo destes dois anos, muitas autarquias, trabalhadores e sindicatos resistiram à inaceitável pressão do Governo para que, em troca das 35 horas, fossem introduzidos bancos de horas e regimes de adaptabilidade, e à decisão ilegal da DGAEP que recusou o depósito dos ACEP validamente celebrados.*-----

-----*O Município de Sesimbra assumiu, desde a primeira hora, o seu papel na defesa das 35 horas e da autonomia do Poder Local. Cientes da justiça da nossa posição. Seguros quanto à legalidade da mesma.*-----

-----*Hoje o Tribunal Constitucional dá-nos razão.*-----

-----*Hoje é claro para todos o caráter ilegal das decisões do Governo e da DGAEP que, durante dois anos, impediram o depósito e publicação dos ACEP validamente celebrados nas autarquias, incluindo no Município de Sesimbra.*-----

-----*Saudamos todos os trabalhadores do Município de Sesimbra que, com a sua persistência e confiança, tornaram possível este momento.*-----

-----*Relembramos que a defesa do Poder Local e de trabalho digno e com direitos se faz diariamente. Que há muito caminho pela nossa frente.*-----

-----*Nos próximos dias voltaremos a remeter à DGAEP os ACEP validamente celebrados, requerendo o seu imediato depósito e publicação.”*-----

-----Teve uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro**, que saudou a Câmara Municipal de Sesimbra mas também todos os municípios que não cederam à chantagem e principalmente à ingerência na sua gestão. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**, que disse, tal como era conhecido tanto

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

na Assembleia Municipal como na Câmara, o Partido Socialista estivera sempre do lado da “barricada” que defendia a manutenção dos horários das 35 horas e os direitos dos trabalhadores. -----

-----Disse, sem querer entrar em polémicas, ter ficado um pouco chocado ao receber o mail da Câmara Municipal de Sesimbra com a notícia da nota de senhas de presença, em que vinha associado um comunicado assinado pelo Presidente da Câmara destinado a todos os trabalhadores da Autarquia, sendo assim recebido pelos membros da Assembleia. -----

-----Considerou o comunicado demasiado personalizado, uma vez que era feito com base numa deliberação de Câmara, em que não só a Câmara como toda a Assembleia Municipal por várias vezes se haviam pronunciado, ambas por unanimidade ou pelo menos apenas com abstenções sobre a matéria em questão. -----

-----Disse que quando se ia junto dos trabalhadores da Câmara Municipal, que eram os principais beneficiados dessa situação mas que também lutaram por ela, ao ser dito que o Presidente da Câmara defendeu essa questão, seria mais correto dizer que a Câmara e a Assembleia Municipal sempre defenderam a situação dos trabalhadores e essa Legislação. -----

-----Acrescentou que uma vez mais, o Grupo Municipal do PS estava solidário e subscrevia integralmente essa postura, assim como dizer que era conhecido que todos os Partidos subscreviam nos seus programas eleitorais a matéria de uma forma inquestionável, considerando estarem formadas condições para ser possível manter a legislação tal como estava ou tentar melhorá-la num sentido mais positivo para os trabalhadores. -----

-----Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro**, que disse que o Grupo Municipal da MSU concordava na íntegra com o teor da saudação apresentada pela Câmara Municipal de Sesimbra, sendo a vitória daquilo que era a Autonomia do Poder Local. -----

-----Disse, em coerência com o que já tinha sido defendido na Assembleia, que era mantida a posição de defesa de um horário de trabalho equitativo quer para o Sector Público quer para o Privado, e que em relação a essa matéria, não podia deixar de ser dado o voto favorável, uma vez que considerava que esses acordos feitos a nível Autárquico deveriam ser respeitados pelo Governo, não fazendo sentido algum em violar esse Princípio da Autonomia Local, criando obstáculos inaceitáveis para a publicação e depósito desses Acordos. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Mendes Dias**, que disse que o Grupo Municipal do PSD se congratulava com a Saudação aprovada na Câmara Municipal de Sesimbra e que o próprio, enquanto dirigente de uma Central Sindical com um Sindicato importantíssimo da Administração Pública que ao

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

longo do tempo, sempre pugnara pelas 35 horas e pela assinatura dos ACEP's, ficava satisfeito que a situação tivesse ficado resolvida. -----

-----Deu a sua visão de que esses acordos não visavam apenas o benefício dos trabalhadores mas também uma melhor gestão por parte dos Recursos Humanos Municipais. -----

-----Acrescentou que os municípios que já tinham assinado os ACEP's com um banco de horas, os acordos com os Sindicatos teriam tanta liberdade e democraticidade como vieram a ser reconhecidos pelo Tribunal Constitucional, que o Governo não teria de se ingerir na sua Gestão. -----

-----Disse que os municípios, que até ao momento tinham accionado um ACEP, tal como a Câmara Municipal de Sintra, actualmente a funcionar, com certeza que o Presidente dessa Autarquia não fizera um ACEP para prejudicar o município nem os seus trabalhadores. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues**, que salientou a vitória do Poder Local Democrático, e também de todos os Sindicatos que assinaram as ACEP's junto das Autarquias, bem como de todos os trabalhadores. -----

-----Teve o uso da palavra o **Deputado Francisco Jesus**, que disse não estar em causa a situação das 35 horas, sendo uma matéria a ser objecto de discussão, na sua opinião, a curto prazo, na Assembleia da República, fazendo fé nos programas de um conjunto significativo de Partidos Políticos que tinham a maioria dos Deputados na Assembleia da República. -----

-----Em relação à questão da vitória do Poder Local Democrático, disse ser um Princípio Constitucional e que tinha de ser dito que mais uma vez, o Governo foi legislar contra a Constituição, pondo em causa o Princípio da autonomia do Poder Local, como em outras situações de duvidosa legalidade. -----

-----Referiu a importância das Autarquias poderem, no Quadro Constitucional, de suscitar junto do Tribunal Constitucional, sempre que as matérias Legislativas no âmbito da Assembleia da República pudessem vir a ser susceptíveis de ferir, no entendimento das Autarquias, a autonomia do Poder Local. -----

-----Salientou que a questão não era menos importante porque os eleitos que haviam tomado essa opção, muitos deles com recurso a iniciativas judiciais junto dos Supremos Tribunais, tinham colocado, como se dizia na gíria, "*a sua cabeça no cepo*" porque segundo a Lei, eram 40 horas e se existisse uma decisão da Inspeção Geral de Finanças sobre pagamentos ilegais sobretudo em relação às 5 horas a mais semanalmente, a responsabilidade caíria sobre os eleitos locais. -----

-----O Deputado considerou importante que a Assembleia Municipal, enquanto Entidade Deliberativa máxima do Concelho de Sesimbra, que pudesse alterar na Moção "o Município de Sesimbra" para "as Autarquias do Concelho de Sesimbra" porque as 3 Freguesias tinham acordos assinados com as ACEP's,

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

continuando com as 35 horas, vendo devolvidos os ACEP's por parte da Direção Geral da Administração e do Emprego Público. -----

-----**Submetida a votação a Saudação enviada pela Câmara Municipal de Sesimbra, foi subscrita por unanimidade.** -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra** deu por encerrado o PAOD, e referiu que a leitura dos documentos, permitiam a valorização dos debates desenvolvidos acerca dos respectivos temas. **-A Presidente da AM** deu início ao **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”**, mas não houve qualquer intervenção.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando com o ponto **1. “Aquisição de combustível rodoviário para frota municipal, incluindo instalação de tanque de combustível, terminais de abastecimento, software de gestão de consumos e fossa de hidrocarboneto a vigorar para triénio 2016, 2017 e 2018 - Abertura de concurso público internacional.”** Referiu que essa matéria, bem como a matéria do ponto **2. “Área de Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra - Delimitação – Alteração “**, haviam sido presentes numa Reunião onde comparecera o Vereador José Polido e as Comissões de Planeamento Urbanístico e Ordenamento do Território, e a Comissão de Finanças Municipais e Coordenação Autárquica, respectivamente coordenadas pelo Deputado Nuno Nabais e pelo Deputado Pedro Mesquita, que não estava presente.-----

-----Questionou o Deputado Nuno Nabais se entendia fazer algum comentário sobre o ponto da aquisição de combustível rodoviário.-----

-----O **Deputado Nuno Nabais** cumprimentou todos os presentes e disse que relativamente ao ponto da reunião tinha corrido com toda a normalidade e que tinham sido solicitadas algumas informações adicionais ao Vereador que pouco tempo depois haviam sido colocadas à disposição dos Deputados, considerando terem toda a informação disponível para poderem deliberar com o máximo de conhecimento de causa.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que na sequência da reunião com as Comissões 5, existia por vezes um equívoco na análise das propostas quando se entendia não existir nenhum custo para a Autarquia quando a proposta era feita nos moldes apresentados.-----

-----Disse que a Entidade fornecedora do serviço e equipamentos, tendia a repercutir no desconto, o custo do investimento. O investimento era feito pela entidade que fornecia o produto e por isso a CMS em vez de ter um desconto maior tinha um mais pequeno. Se fosse a CMS a fazer o investimento, pedia o

Ata nº24 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

empréstimo, tinha um maior desconto e pagaria ao longo do mesmo prazo esse empréstimo. Disse que numa configuração como ia ser feito, implicava menos receita, neste caso, em vez de beneficiar de um maior desconto, o desconto seria menor, que na prática, não seria um desembolso mas sim um menor embolso.-----

-----Em relação ao mapa fornecido pelo Vereador José Polido para definir a estimativa do preço base de 1.600.000,00€, o Deputado disse que tinha referido na reunião que o importante seria o desconto de preço por cada litro de combustível, mas que tudo dependia do caderno de encargos, sendo importante a fixação do montante a descontar. -----

-----Disse que nesse mapa tinha sido feita uma estimativa para os próximos 3 anos com uma evolução de 3,5% anual considerando a variação de consumo de preço, mas esse mesmo mapa tinha sido feito não com base no consumo anual mas com o consumo para os 3 anos. -----

-----Alertou que a estimativa apresentada estava incorrecta e que a sua preocupação era que se o cálculo fosse feito da mesma forma para outras situações, poderiam haver repercussões graves porque não estava bem feito. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido**, que disse perceber a questão colocada pelo Deputado João Rodrigues e alertou o mesmo para a referência no mapa, de 561.000,00€ para o primeiro ano, 554.000,00€ para o segundo ano e 534.000,00€ para o terceiro, dando esse total um pouco mais de 1.600.000,00€. -----

-----Disse que a Câmara tinha entendido ser um valor razoável porque aquando da aprovação das GOP's para o orçamento de 2015, não estava previsto esse concurso plurianual. -----

-----O Vereador disse que o valor apresentado era o que seria despendido, solicitando à Assembleia Municipal que autorizasse a Câmara a fazer o concurso público internacional e que todo o encargo da instalação decorreria por parte da Entidade que ganhasse o concurso, pois a Autarquia entendia não ter capacidade técnica nem recursos para o fazer. -----

-----Disse que desta forma, as empresas do sector teriam uma margem de manobra e que tinha dúvidas que a Câmara conseguisse um preço inferior às Entidades que trabalhavam nessa matéria porque uma coisa era a Autarquia fazer um posto de abastecimento e outra coisa era uma Entidade que faz dezenas de postos todos os anos em que tinha equipas especializadas e esmagava os preços nas empresas instaladas. -----

-----O Vereador acrescentou que a Câmara entendeu em termos desse serviço, ter encontrado a melhor forma, por isso, o pedido de autorização à Assembleia Municipal. -----

Ata nº24 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou, por unanimidade,** sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a abertura de concurso público (internacional) para aquisição de combustível rodoviário para frota municipal, incluindo instalação de tanque de combustível, terminais de abastecimento, software de gestão de consumos e fossa de hidrocarboneto, a vigorar no triénio de 2016/2018, por não estar prevista em GOP's e o valor, €1.600.000,00 (+ IVA), ser superior ao montante delegado pela Assembleia no presidente da Câmara Municipal. -----

-----A **Presidente da AMS** deu início ao ponto seguinte da ordem de trabalhos sobre a “Área de Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra – Delimitação – Alteração”.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Nuno Nabais** que disse terem ficado claros os objectivos subjacentes a essa alteração, cuja ideia central era poder integrar áreas urbanas com carência de intervenção urgente e que poderiam ser abrangidas pelo novo quadro de fundos comunitários para reabilitação urbana. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade,** sob proposta da Câmara Municipal, aprovar a Alteração de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Núcleo antigo da Vila de Sesimbra nos termos e com os fundamentos constantes da proposta. -----.

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “**Período da Ordem de Trabalhos**”, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta, da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram vinte e duas horas e cinquenta e oito minutos do dia 31 de outubro de 2015. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----